



Antíteses

ISSN: 1984-3356

antiteses@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Pereira do Nascimento, Álvaro

Por tantos mares: trajetória de pesquisa e reflexões na rota da revolta da chibata

Antíteses, vol. 3, diciembre, 2010, pp. 64-74

Universidade Estadual de Londrina

Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193319813007>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Por tantos mares: trajetória de pesquisa e reflexões na rota da revolta da chibata

Many oceans to cross: the research path and reflections on approaching the revolt of the whip

Álvaro Pereira do Nascimento¹

RESUMO

O artigo descreve minha trajetória de pesquisa sobre a Revolta da Chibata na pós-graduação, arquivos e bibliotecas nos últimos quinze anos. Apresento meus primeiros objetivos, os problemas enfrentados e as mudanças nas rotas do trabalho. Explico a opção pelos referenciais teóricos e metodológicos e como eles me ajudaram no trabalho. Termino discutindo a relação entre a Revolta da Chibata e o movimento dos marinheiros amotinados em 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta da Chibata. Historiografia. Racismo. Marinheiros.

ABSTRACT

This article focuses on my graduate research on the "Revolt of the Whip", assessing the libraries and archives dedicated to this subject over the last fifteen years. I discuss the initial approach, subsequent difficulties faced and adjustments made in light of these. A defense of the theoretical and methodological reference option is presented, and I show how it helped me to complete my work. I conclude by discussing both the Sailors' Revolt of 1910 and mutineers' movement of 1964.

KEY-WORDS: The Revolt of the Whip. Historiography. Racism. Sailors.

Quando cheguei à Unicamp, em 1995, encontrei um ambiente efervescente de debates. A linha de pesquisa “Escravidão e Racismo” congregava professores renomados que se debruçavam sobre temas tão diversos como teatro, rádio, literatura, viajantes, circo, loucura, movimento operário, populares, entre tantos outros. Mas a escravidão certamente ocupava lugar de destaque entre professores, mestrandos e doutorandos. O centenário do 13 de maio trouxe questionamentos importantes para a academia, pulsados por demandas internas e externas.² A interlocução teórica com a

¹ UFRRJ e pesquisador (Pronex-CEO).

² Parte das teses de Florestan Fernandes acerca da história do negro começava a incomodar sociólogos como Carlos Hasembalg (1979) e historiadores como Sidney Chalhoub (2001). A idéia de um “escravo coisa” incapaz de integrar a sociedade capitalista branca foi questionada por pesquisas que demonstravam cativos, ex-cativos e negros livres com racialidades próprias e histórias de vida riquíssimas. E mesmo a “substituição” mecânica da mão-de-obra escrava pela imigrante, que obedecia ao fim de um modo de produção e a entrada de outro, como num passo de mágica, começou a não corresponder ao que as novas pesquisas demonstravam. Externamente, a constituição de 1988 marcou o início de mudanças na distribuição de terras para negros remanescentes quilombolas e mesmo para comunidades indígenas. Essas resoluções, que foram sendo reguladas nos anos posteriores, tiveram participação fundamental dos movimentos sociais organizados, que pressionaram seus representantes e demais membros da constituinte por esses resultados. Reivindicações antigas do movimento negro

obra de Edward Palmer Thompson, por sua vez, trouxe novas possibilidades de explorar fontes diversas e permitiu um novo diálogo com o marxismo, perscrutando valores e costumes existentes no passado. Fazer o mestrado ali mudou minha forma de ver o mundo e a rota daquele projeto sobre a Revolta da Chibata que carregava em baixo do braço.

Chegava também num momento em que a pós graduação dava uma guinada complicada, reduzindo o mestrado para dois anos e quatro para o doutorado. As disciplinas do primeiro ano eram secundadas pelas pesquisas em arquivos e a redação da dissertação no ano subseqüente. Seria, então, uma correria. Mal chegava e já percebera que o projeto inicial sofreria os primeiros ajustes.

Em minhas comunicações e palestras notava como a Revolta da Vacina fazia sucesso, pois contava 90 anos e tornara-se ótima entrada para questionar a cidadania republicana na virada do século XIX para o XX. Mas essa mesma academia, que debatia os mandos e desmandos do governo Pereira Passos, sabia muito pouco sobre a Revolta da Chibata, alguns não reconheciam mais que o título do tema - outros, até hoje, a confundem com a Revolta da Armada de 1893. Não havia mestrandos e doutorandos pesquisando o assunto em 1994.

No início eu tinha uma pergunta bem simples: se havia castigos desde o século XIX, por que não se sabia de revolta contra esse método disciplinar na centúria anterior? Passados mais de quinze anos, percebo que aquela pergunta fora um passo fundamental para diferenciar meu trabalho dos que tinham sido escritos até então, mas que ainda precisava ser mais desenvolvida ao longos dos anos de mestrado e doutorado. Necessitava mesmo amadurecê-la devido à sedutora tendência mecânica de vitimizar os marinheiros – negros ex-escravos ou filhos de escravos castigados “barbaramente” mesmo após o 13 de maio – ou, numa lógica binária, opor em classes divergentes e conflitantes oficiais brancos racistas e marinheiros negros explorados.

Era muito convidativa a possibilidade de explicar o movimento através da oposição entre marinheiros e oficiais, utilizando as diferenças de cor - negros e brancos – a origem – ex-escravos e filhos de senhores – e condição social - ricos e pobres. Essas relações binárias presentes no meu projeto inicial de pesquisa encontravam eco nas perguntas e sugestões que recebia após a apresentação das minhas comunicações em seminários, laboratórios e congressos. Questionavam se eu havia ou não de incluí-las no rol dos meus objetivos e hipóteses e de como fazê-lo. Para um mestrando, aquelas críticas e sugestões me empurravam a lugares em parte inexplorados, mas repletos de binarismos que não deveriam ser analisados de forma mecânica. Diferenças de cor,

também estiveram presentes exigindo a inclusão de História da África e do negro nos currículos das escolas e universidades.

origem, patente e condição social não devem ser vistas individualmente, mas no cotidiano das relações, nos conflitos existentes e nos entraves produzidos para ascensão social.

Entre muitos militantes, artistas, jornalistas e populares, por sua vez, a Revolta da Chibata assumia um caráter de luta dos “espezinhados” contra os “algozes”, um retrato *em cores* da sociedade brasileira, de uma elite que desrespeitava e desvalorizava seu povo. A revolta fora, então, uma das maiores respostas de força dos “pequenos” contra os “grandes”, que vencera e demonstrara sua dignidade, seu heroísmo, sua capacidade organizativa e seu amor pelo país. Politicamente, não tinha muitas ressalvas a essa visão. Mas, como historiador, sabia que esse era o ponto de chegada e não o de partida. Necessitava buscar todo um processo histórico que seria apagado e perdido caso não me debruçasse sobre ele. Havia entre marinheiros e oficiais motivações diversas que os faziam agir como agiam nos vasos de guerra e ruas das principais cidades. Motivações essas ligadas às suas diferenças (cor, origem, condição social), às formas de recrutamento, aos costumes e valores existentes a bordo e às patentes e postos que assumiam. Após levar em conta essas questões, através da análise de inúmeras fontes, entendi que os revoltosos eram muito mais do que vítimas de barbaridades: ali estavam indivíduos defendendo suas posições e exigindo mudanças estruturais em costumes e valores nas relações de trabalho nos navios da Marinha de Guerra.

Meu pai, um ex-membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), marceneiro, carpinteiro e contra-mestre a bordo dos navios do extinto Loyd Brasileiro, trouxe a visão bastante difundida entre militantes, artistas e trabalhadores. Ele havia lido o belíssimo livro de Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, quando participava do PCB na década de 1960, que parece ter utilizado o conteúdo da obra como referência vitoriosa de luta junto aos seus partidários operários e demais classes trabalhadoras. No que tange à academia, desde minhas pesquisas para a monografia de final de curso, ancorava-me nos debates sobre revoltas populares e rurais europeias, tendo como referências os trabalhos de Eric Hobsbawm, George Rudé e, sobretudo, Edward Thompson.

Os textos desse último me impulsionavam para o estudo do processo que levou à revolta de 1910 e não simplesmente àqueles dias em que o movimento havia sido deflagrado. Sua influência já estava presente na academia brasileira, que citava parte da sua obra para mostrar a relevância da análise das “classes dominadas”, dos “pobres”, ou dos “homens comuns”. Essas pesquisas ainda partiam de parâmetros teóricos teleológicos, que estipulavam recortes temporais lineares na descrição do contexto dos

seus objetos, no caso, o surgimento da “sociedade burguesa” em “substituição” à escravista. Analisavam o movimento de “modernização” e entrada na *belle époque* dos primeiros governos republicanos, que, entre outras medidas, procuravam controlar socialmente os pobres, através de leis e dos poderes coercitivos estatais na virada do século XIX para o XX. Essas produções já se afastavam de uma visão vitimizadora do objeto e explicitavam a *agency* desses homens e mulheres pobres do passado, a autonomia de suas iniciativas, a racionalidade e a compreensão da realidade em que viviam. Confirmaram essas conclusões através da investigação de novas fontes (processos criminais, principalmente) nas quais estavam registrados os diálogos de pessoas pobres, raramente encontradas nas fontes usualmente analisadas até então. Percebeu-se ali as formas de conflito entre os diversos atores sociais, muitos deles em explícita resistência ao poder de senhores, patrões, policiais, fiscais, cafetões, leis provenientes de órgãos estatais etc.³

Passei anos refletindo sobre as contribuições que esses contatos com livros e pessoas (historiadores ou não) poderiam me dar. A crítica foi algo sempre presente a cada nova fonte encontrada nos arquivos e bibliotecas assim como nas discordâncias que tinha em algumas das páginas dos livros existentes sobre a revolta até então. Somente quatro livros circulavam, mas suas abordagens mantinham-se no que havia ocorrido em novembro e dezembro de 1910. Caminhava num outro caminho, cheio de ideias e esperanças.

Centrei minha pesquisa na análise da relação entre marinheiros e oficiais a bordo dos navios. Queria saber como dividiam os espaços, as principais situações deflagradoras de conflitos, as regras escritas e não-escritas existentes e quem eram os marinheiros da Armada entre os séculos XIX e XX. Para isso, tive um grande aliado a meu favor: a organização dos processos criminais guardados no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Centenas deles lá estavam, julgados entre 1860 e 1910. Comecei a baixá-los e a lê-los com a fome de um glutão. Alguns mais recheados de páginas outros bem magrinhos, mas cada um deles revelava o cotidiano dos vasos de guerra e mostravam que aquela relação era mais complexa que imaginara antes.

Esse material trouxe diversas questões, que enriqueceram meu trabalho. Não há como discuti-las aqui, mas destaco uma delas: eu não poderia opor marinheiros e oficiais de forma estática e congelada. A realidade dos vasos de guerra era mais complexa. O que havia de conflitos entre marinheiros e marinheiros saltava aos olhos. Chamaram atenção alguns casos violentíssimos de marinheiros que atacavam colegas, ferindo-os ou matando-os barbaramente. O caso de José Lima, que estava preso na

³ Veja, por exemplo, os trabalhos de Gladys Sabina Ribeiro (1990); Raquel Sohiet (1989); Martha Abreu (1989); Sidney Chalhoub (2001).

época, impressionou bastante pela perversidade com que se vingou de um colega que o havia denunciado. Com raiva, ele arrancou o “par de machos”, que lhe atava os tornozelos, e o lançou brutalmente contra um colega, preso na mesma cela da ilha das Cobras. Ele explicou a razão do seu ato da seguinte forma:

Foi obrigado a cometer por ter sido mal tratado com palavras por seu companheiro, [...] cuja decência manda calar, isto porém quando estavam fora do xadrez em serviço de faxina [...] que ele interrogado havia sido castigado a ferros por causa do mencionado seu companheiro Machado, que o denunciou ao segundo comandante do Corpo de Marinheiros Nacionais e por tudo isto exasperou-se e cometeu o delito acima com o varão de par de machos com que se achava preso.⁴

Essas e outras situações cotidianas levavam a conflitos diversos entre marinheiros. A maior parte não dava em nada, outros chegavam aos ouvidos dos oficiais, que advertiam ou castigavam. Nesses últimos casos a resolução da pena vinha através de um processo disciplinar, que poderia ser seguido de um Conselho de Guerra. Brigas, lesões corporais, atos “libidinosos” (relações homoeróticas), desobediência, não cumprimento das fainas diárias e embriaguês eram faltas disciplinares corriqueiras. Geralmente se “corrigia” com castigos corporais como a chibata. Os oficiais consideravam passíveis de Conselho de Guerra principalmente os casos de insubordinação, assassinatos, abuso sexual, lesão corporal grave e deserção, pois inutilizavam militares, ofendiam a hierarquia e a disciplina militares, dificultavam a manutenção das armas e demais partes dos navios da armada. Nesses casos considerados mais graves a pena levaria o réu à prisão por meses ou anos, como o caso de José Lima, e até à pena de morte.

No que tange à correção disciplinar, os oficiais mantinham determinadas praxes para aplicação dos castigos, passadas de geração em geração de oficiais. Jovens tenentes recém-saídos da Escola Naval aprendiam na prática das embarcações as ordens de almirantes e capitães comandantes no trato dos navios e tripulação. Um caso que muito me ajudou na pesquisa a perceber esse processo foi o de um jovem capitão chamado José Cândido Guillobel, que assumiu o comando devido à doença de um experiente comandante. Quando respondeu como réu ao Conselho de Guerra, acusado de castigar severamente a um marinheiro, ele revelou detalhes dificilmente visíveis em outras fontes.

Resolvi pois castigar o Imperial Marinheiro Laurentino Manoel da Silva severamente, isto é: proporcionalmente ao delito cometido;

⁴ Arquivo Nacional (doravante AN) — CGM: Processo 1912. *José Ferreira Lima*, ano 1893, cx. 13190; “Corpo de Delicto”.

formada pois a guarnição em ato de amostra, foi a praça examinada encontrando-se-lhe uma camisa de meia e outra de algodão [...] vendo porém o pouco efeito que no delinquente fazia o castigo fui forçado a fazê-lo continuar até chegar ao número de quinhentas pancadas de chibata. (g.m.)⁵

A legislação militar permitia os castigos corporais através dos Artigos de Guerra, herança da esquadra portuguesa implantada na brasileira desde os tempos da independência. Essa legislação estipulava grosseiramente as faltas disciplinares e crimes de um lado e os castigos e as penas de outro. Resultava do Antigo Regime, onde a punição recaía sobre o corpo, ou seja, ainda estava bem distante da supressão da liberdade surgida em fins do XVIII e aprofundada no XIX.⁶

Dessa forma, comecei a perceber que não havia como acreditar que 200 ou 500 chibatadas fossem mais contestadas no início do século XX que no século XIX. Em outras palavras: por que antes 500 chibatadas não levavam à revolta e o caso Marcelino José Rodrigues, que recebeu 250 pancadas, tornou-se a gota d'água para a revolta de 1910? De imediato percebi que o problema da revolta não fora a quantidade de pancadas. A violência na Marinha de Guerra tinha uma história. Não poderia descrever os marinheiros como vítimas nas mãos de terríveis oficiais. E nem poderia engolir a versão de que os marinheiros eram “feras” ou “sub-homens” que se comportariam como civilizados somente à base do chicote, como muitos cronistas e historiadores militares da Marinha de Guerra defendiam (e alguns até hoje defendem). Tudo isso me levaria ao anacronismo.

Se não era a quantidade, então, o que modificara? Certamente, alguma mudança havia na história e eu teria de buscá-la. Ler *Senhores e Caçadores*, de Thompson, me ajudou a centrar minhas atenções na lei, na sua formação, no senso de justiça do homem e no que ela tem de representar para todos, e tendo parecer mesmo que é justa, e para todos. (THOMPSON, 1987). Os Artigos de Guerra funcionaram razoavelmente bem no século XIX. Mas com as mudanças ocorridas no Ocidente no mesmo período, a consciência dos homens, principalmente daqueles que faziam as leis ou as fiscalizavam, também se modificou. Castigos físicos em relações de trabalho, torturas e execuções públicas foram sendo abandonadas e outras formas de punição se tornaram presentes após diversos debates e mudanças apresentadas por pensadores, religiosos e políticos na Europa, cujos reflexos chegaram às Américas logo em seguida.

Oficiais e ministros da Marinha de Guerra que não estavam à frente dos vasos de guerra foram aqueles que mais desejaram implementar tais mudanças na legislação penal e militar da Armada. Esses homens estavam nas câmaras, no Senado e no

⁵ A.N. — Conselhos de Guerra da Marinha. Processo n.º 695: *José Cândido Guillobel*, 1873 (cx. 13170).

⁶ Michel Foucault. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. (3^a ed.) Petrópolis: Vozes, 1984.

Conselho de Estado. Devem ter rivalizado com alguns dos seus pares, que ainda acreditavam na correção corporal, mas aprovaram as primeiras modificações na legislação militar, logo após a Guerra do Paraguai. Elas, contudo, não surgiram somente pelos efeitos da “vitória” alcançada por marinheiros e soldados: resultaram também de discussões anteriores que visavam tornar o comportamento dos marinheiros condizente com o militarismo. Indivíduos embriagados, violentos e pouco responsáveis com a rotina e preceitos militares tornavam-se indesejados pelos oficiais, e para isso estudavam soluções diversas: educação, cortes de salários, recrutamento principalmente de meninos (a fim de formar o “caráter” do indivíduo desde a mais tenra idade) e modificar mesmo a lei. Essa última, sem dúvida, foi a mais imediata e a que interveio diretamente nas formas de disciplinamento a bordo.

Legisladores navais procuraram melhor definir as indisciplinas, quais eram as formas de castigos que a elas se aplicavam assim como a quantidade para cada um dos casos, limitados a 100 pancadas de chibata. Os Artigos de Guerra eram falhos, sendo que num deles, o de número 80, dava larga margem de interpretação. Segundo o ministro, “as penas são, em geral, de uma tão demasiada severidade que, em muitos casos, estão em manifesta desproporção com os crimes”.⁷ Por isso, o novo decreto deveria obedecer a dois propósitos bem delimitados: estabelecer as faltas passíveis de serem corrigidas pelo artigo n.º 80 e regular os respectivos “graus de punição”⁸. Ainda não há uma forma de avaliarmos seus reais efeitos. Percebi que os oficiais pareciam segui-la à risca, mas há casos demonstrando que essa mudança funcionava somente nos registros diários dos oficiais. Encontrei documentos descrevendo castigos excessivos à quantidade estabelecida pelo decreto e nenhum oficial foi punido por isso.

Além desse decreto, outras mudanças ocorreram, mas nenhuma delas foi tão profunda quanto às ocorridas nos primeiros seis meses da república.⁹ A criação de uma Companhia Correcional (um grupamento especial, formado por indisciplinados), cujos membros sofreriam castigos, supressão da liberdade, redução de salários e humilhações tornou o cotidiano da Armada mais instável. Marinheiros demonstravam claramente a insatisfação com o cotidiano dos castigos, a falta de clareza nos mandos e desmandos de oficiais, que resistiam em aceitar todas as intervenções nas formas de disciplinamento que vinham dos escalões superiores. As primeiras revoltas ou tentativas de revolta começaram a surgir aí.¹⁰ 1910 foi, sem dúvidas, a maior delas.

⁷ Brasil, Leis, Decretos. *Relatório do Ministro da Marinha*, 1883, p. 44.

⁸ Brasil, Leis, Decretos. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Decreto-lei n.º 8898, 03 de março de 1883.

⁹ Sobre o assunto, e porque essa mudança ocorreu nessa data, veja o terceiro capítulo de Álvaro Pereira do Nascimento (2001).

¹⁰ Veja, por exemplo, A.N. - Conselhos de Guerra da Marinha. Processo n.º 1918: *Juvino de Sá e outros*, 1893 (ex. 13191)

Essas foram as principais conclusões a que cheguei no trabalho que publiquei mesclando o texto do meu mestrado e minhas pesquisas para o doutorado. (NASCIMENTO, 2008, 2001). Não foi um trabalho fácil, pois sentia, e muito, a ausência de pesquisas acadêmicas anteriores sobre a Marinha de Guerra assim como já era corriqueiro no caso do Exército. Zachary Morgan (2001) e depois José Miguel Arias Neto (2001) também iniciavam suas pesquisas e, todos nós - arrisco dizer – sofriamos da mesma lacuna.

Mas os resultados da pesquisa que demonstrava em seminários e congressos já indicavam a profundidade e a relevância do tema para além de uma história militar escrita por militares memorialistas e cronistas, desligados dos debates e discussões teórico-metodológicas existentes na academia. A história de soldados e marinheiros revelavam um mundo mais complexo e instigante, no qual entravam mulheres e homens comuns, espaços mais diversos que os quartéis e conveses dos navios, a carreira dos mesmos e a origem desses homens e garotos recrutados para as fileiras das Forças Armadas. Eu estava assim contribuindo, junto a mais colegas, para desvelar uma outra história militar até então pouco explorada. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2005).

Dentro dessa nova proposta entravam temas vistos como secundários ou irrelevantes até então. Relações amorosas, nível de escolaridade, cor, condição social dos pais, origem, idade e naturalidade tornaram-se centrais para qualquer análise aos militares. A marinha era dividida realmente entre brancos e pretos? Qual a idade média dos marinheiros? As relações homoeróticas e violências sexuais tinham algum peso na ausência de voluntários ao serviço na Armada? Como as farras, os sambas, os prostíbulos, o jogo de azar e a embriaguês poderiam influenciar diretamente no serviço de bordo? A partir de que momento a formação educacional passou a ser elemento de suma importância para promoção hierárquica e social? A que patente máxima poderia chegar um marinheiro negro? Essas perguntas começaram a fazer sentido para a compreensão do processo que levou à revolta e mesmo para escrever uma história social dos marinheiros brasileiros entre os séculos XIX e XX.

Tive que fazer duas histórias em uma. Elas se completavam. Até aquele momento, o termo militar era similar ao de oficial: muito pouco se sabia da história dos marinheiros. Como já disse aqui, o Exército fora muito mais pesquisado que a Marinha. Havia muito a ser pesquisado, mas historiadores não tinham aberto os olhos sobre essa área de pesquisa. Percebi a existência de uma resistência dos meus colegas em relação à caserna, possivelmente gerada pelos efeitos do regime militar que tomou conta do país entre 1964 e 1985, quando José Sarney assumiu o poder. As pesquisas

sobre militares estavam mais voltadas para temas ligados ao próprio regime militar: censura, tortura, movimentos organizados de resistência, relações internacionais, guerra fria, organização do poder durante aqueles anos e o processo de retorno dos militares à caserna. Marinheiros, nesse sentido, só eram lembrados infelizmente através da história do cabo Anselmo, um dos líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), e um dos membros mais envolvidos na assembleia permanente deflagrada no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1964. (CAPITANI, 1997; RODRIGUES, 2003). Infelizmente, a história e as propostas de centenas de marinheiros associados à AMFNB deram lugar às dúvidas se o cabo Anselmo era ou não um agente infiltrado da CIA, a famosa agência de inteligência norte-americana. Novamente se apagava qualquer possibilidade de se estudar uma história social dos marinheiros que se revoltaram em 1964 e menos ainda daqueles de 1910.

Pode parecer uma digressão falar em Revolta da Chibata e regime militar, mas o ocorrido em 1910 tem conexões históricas com a arena política desde a década de 1930, pelo menos. Em suma, pesquisar a Revolta da Chibata é se expor a debates externos à academia. O movimento de ex-marinheiros de 1964, dividido em duas associações (UMNA e MODAC), tem representantes que conheceram o mais famoso líder da revolta de 1910, o marinheiro negro João Cândido Felisberto (1880-1969), quando ainda eram jovens e participaram da assembleia permanente. Eles foram os que mais lutaram em prol de reparações a João Cândido (a anistia) e da sua extensa família. Fizeram campanhas sucessivas pela implantação de um monumento ao líder da revolta na Praça XV, Centro do Rio de Janeiro, ao lado da Ilha das Cobras, onde está instalado um importante conglomerado da Marinha de Guerra. Tive contato com esses senhores em palestras e eventos. Fui também convidado a participar de reuniões. Não há como desconhecer a relevância da história da Revolta da Chibata para esses homens, pois ela se confunde com a história de 1964, principalmente em discussões acerca da luta pela anistia aos envolvidos.¹¹

No seminário comemorativo do centenário da Revolta da Chibata organizado por Marco Morel, Silvia Capanema e Tânia Bessone, presenciamos debates altamente produtivos, muitos deles opondo ex-marinheiros de 1964 e oficiais da reserva e da ativa no mesmo plenário. Após décadas esses dois grupos tiveram finalmente a oportunidade de se enfrentar, defendendo suas posições e exaltando ou não o feito

¹¹ Os marinheiros de 1964 foram expulsos devido ao golpe militar. Diferentemente de vários civis, eles não foram anistiados através da Lei da Anistia de 1979. Somente após muita luta na década de 1980, alcançaram a reintegração na Marinha de Guerra, como reservistas, em postos mais elevados que aqueles de quando foram desligados.

pelos revoltosos de 1910. Nós, ligados à pesquisa historiográfica, ficamos observando aquela inesquecível cena. Naquele momento, quem tinha dúvidas acerca da contemporaneidade das questões trazidas pela revolta e, mais ainda, de como essa revolta mantém feridas abertas entre os militares (marinheiros e oficiais, da reserva ou da ativa), as desfez de uma só vez.

A localização do monumento a João Cândido já espelhava essa rivalidade. Militantes do MODAC, UMNA e do Movimento Negro sempre quiseram instalá-lo na Praça XV. A Marinha de Guerra, segundo os militantes, impedia a inauguração. A solução encontrada foi inaugurar-lo no Palácio da República, atual Museu da República. Somente após a aprovação da anistia ao falecido marinheiro, em 2008, é que transferiram o monumento para o local originalmente desejado, a Praça XV, como reivindicavam ex-marinheiros, membros do Movimento Negro, artistas, políticos e acadêmicos, como eu.

A participação do movimento negro também se tornou fundamental para a execução do monumento e sua mudança para o novo endereço. Durante a última década diversos eventos foram realizados, aprofundando-se nos últimos três anos, com shows, apresentações teatrais, marchas e homenagens. Foi marcante a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pelo menos duas oportunidades.

Participar de todo esse processo marcou a minha vida de pesquisador e professor. Muito aprendi com a história da Revolta da Chibata. Cresci ouvindo sobre a sua importância, amadureci pessoal e intelectualmente ao pesquisá-la em arquivos e debatê-la em reuniões com ex-marinheiros de 1964. Tive de traçar contatos com áreas diferentes da historiografia e levar em conta temas diversos, nunca imaginados quando comecei essa trajetória. Ainda há muito a estudar e torço para que futuros pesquisadores possam trazer mais e mais informações sobre o movimento que sacudiu a então Capital Federal da República e expôs as difíceis condições de trabalho enfrentadas por centenas de marinheiros negros nos conveses e porões dos navios de guerra até 1910.

Referências

- ABREU, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo, 2001.
- CAPANEMA, Silvia. *Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains : identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910*. 2009. Paris Tese (Doutorado) - École des Hauts Études en Sciences Sociales, 2009.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Bom Texto, 2005.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HASEMBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MORGAN, Zachary. *Legacy of the lash: race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)*. Providence (EUA), Brown University, 2001.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- _____. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOHIET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.